

Os efeitos da crise do petróleo na política externa brasileira durante o governo Geisel

The effects of the oil crisis in the Brazilian foreign policy during the government of Geisel

Los efectos de la crisis del petróleo en la política exterior brasileña durante el gobierno de Geisel

Sabrina Melchíades Dias*

Resumo

A década de 70 foi marcada por grandes mudanças no cenário internacional, a Guerra Fria chegava a uma fase mais pacífica, momento em que os diálogos entre EUA e URSS foram aprofundados. Nessa mesma época, os países membros da OPEP resolveram aumentar o preço do barril de petróleo, gerando uma crise econômica mundial. É nesse contexto que o General Ernesto Geisel assume a presidência do Brasil, com o desafio de manter a economia em crescimento, intensificar as políticas universalistas e ganhar autonomia no cenário internacional. Através de uma revisão bibliográfica dos principais autores que se debruçaram sobre o tema, o artigo busca analisar como a crise do petróleo influenciou a estratégia de política externa do governo de Geisel, sobretudo na intensificação de políticas universalistas.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Política Externa. Governo Geisel. Crise do Petróleo.

Abstract

The 70's were regarded for big changes in the international system, the Cold War was in a more pacific period, a moment that the dialogs between United States and the Soviet Union increased. Meanwhile, the members of OPEC (Organization of Oil Exporting Countries) decided to increase the price of the barrel of oil, creating an economic crisis that spread around the world. In this context, General Ernesto Geisel becomes the president of Brazil, with the challenge to keep economic growth, intensify universal politics, gain more independence and autonomy in the international system. Through the review of literature, the article seeks to analyze how the oil crisis influenced the foreign policy strategies of Ernesto Geisel's government, especially concerning the universalist politics.

Keywords: International Relations. Foreign Policy. Geisel Government. Oil Crisis.

* Graduada em Relações Internacionais pela Faculdade INPG – Business School. E-mail: sabrinameldias@hotmail.com

Resumen

La década de 1970 fue marcada por cambios en el escenario internacional, la Guerra Fría estaba llegando a una fase más pacífica, una época que se profundizaron los diálogos entre Estados Unidos y la URSS. Al mismo tiempo, los países miembros de la OPEP decidieron aumentar el precio del barril de petróleo, creando una crisis económica mundial. Es en este contexto que el general Ernesto Geisel asume la presidencia de Brasil, con el desafío de

mantener la economía en crecimiento, intensificar las políticas universalistas y ganar autonomía en el escenario internacional. A través de una revisión bibliográfica de los principales autores que abordaron el tema, el artículo busca analizar cómo la crisis del petróleo influyó en la estrategia de política exterior del gobierno de Geisel, especialmente en la intensificación de las políticas universalistas.

Palabras clave: Relaciones Internacionales. Política Externa. Gobierno de Geisel. Crisis del petróleo.

Introdução

A década de 1970 foi um período de grandes mudanças no sistema internacional, a détente, política inaugurada no governo de Nixon entre os anos de 1969 e 1972, representou um relaxamento nas relações entre Estados Unidos e União Soviética, com vistas a reduzir os focos de tensão e aumentar a cooperação. Porém, essa fase de maior entendimento entre as duas superpotências conviveu com uma grave crise mundial que interrompeu a fase de prosperidade pós-Segunda Guerra, vivida pelos países mais desenvolvidos. Tais mudanças abriram espaço para uma maior interação entre os Estados do Sistema Internacional.

Nesse momento houve a recuperação econômica da Europa e do Japão. A emergência dos países produtores de petróleo e de novos países industrializados, como o próprio Brasil. Foi nessa época também, que muitas outras nações passaram a fazer parte do cenário internacional, com o processo de descolonização. A emergência desses novos atores do Terceiro Mundo intensificou as discussões sobre uma Nova Ordem Mundial e as críticas da divisão internacional do trabalho, que beneficiava os países do Norte em detrimento aos países do Sul, marginalizados no sistema (LIGIÉRO, 2011).

Dois acontecimentos marcantes gerariam grandes impactos na comunidade internacional. Primeiro, o rompimento, por parte dos Estados Unidos, do sistema financeiro de Bretton Woods em 1971, fato que demonstrou a fragilidade do poder hegemônico da potência e uma interdependência maior da economia mundial. Segundo, a crise do petróleo em 1973, na qual os países árabes membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) resolveram aumentar drasticamente o preço do barril do

petróleo², causando uma crise em escala mundial. Com isso, a economia brasileira sofreu um grande desequilíbrio e problemas com endividamento, por ser extremamente dependente das importações de petróleo que sustentavam seu enorme crescimento industrial durante o “Milagre Econômico”.

É nesse momento conturbado que o General Ernesto Geisel assume a presidência do Brasil (1974-1979), com a missão de rever o posicionamento do país em algumas questões e se adequar às novas circunstâncias do cenário internacional. A forma encontrada pelo governo foi a implementação do Pragmatismo Ecumênico e Responsável, que forneceu as diretrizes da nova política externa brasileira. Com ele, as políticas universalistas foram aprofundadas para amenizar os efeitos da crise do petróleo, buscar novos mercados para exportar seus bens e garantir altas taxas de crescimento econômico.

A ditadura militar foi um período bastante controverso da história brasileira. Ao mesmo tempo em que houve um lado obscuro de censura, tortura, prisões arbitrárias, suspensão das eleições diretas para presidentes, governadores, prefeitos das capitais e áreas de segurança nacional, intervenções em sindicatos e universidades. Também houveram projetos de desenvolvimento nacional e de inserção internacional do Brasil e altas taxas de crescimento econômico durante o governo de Médici. Esse será o plano de fundo do artigo que abordará os efeitos da crise do petróleo no Brasil e seu papel no aprofundamento das políticas universalistas.

Para realizar o artigo, foi necessário, primeiramente fazer uma longa pesquisa e leitura sobre os principais autores do tema, que em muito contribuíram para os estudos de política externa brasileira.³ Após a leitura da bibliografia pertinente ao artigo, a análise interméstica de Robert Putnam auxiliou nos estudos sobre o tema. A abordagem de Putnam mescla aspectos domésticos e internacionais ao definir as estratégias de política externa e de inserção mundial, equilibrando o contexto e as demandas internas de um país e a estrutura internacional em que ele se encontra.

2. Os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumentaram o valor do barril do petróleo em decorrência da guerra do Yon Kipur, como forma de retaliar e pressionar os aliados de Israel. Esse assunto será discutido com mais profundidade adiante.

3. Como Henrique Altemani de Oliveira, Clodoaldo Bueno, Amado Cervo, Luiz Fernando Ligiéro, Paulo Fagundes Vizentini, Thomas Skidmore, Antônio Carlos Moraes Lessa, entre outros.

Suas contribuições são de grande valor, visto que para ele a política doméstica e as relações internacionais estão sempre entrelaçadas de alguma forma, ou seja, há variáveis internas e externas ao Estado que devem ser levadas em consideração na análise de uma determinada política (PUTNAM, 2010). No presente trabalho, o foco será dado na variável externa, ou seja, em como a crise do petróleo afetou a elaboração da política externa de Geisel, sem deixar de dar a devida importância aos elementos domésticos.

Tanto pressões domésticas quanto internacionais tem poder de alterar a estratégia de política externa. Segundo o autor:

No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos (PUTNAM, p. 151, 2010).

Putnam também desenvolve os conceitos de “winset” e “reverberações”. O primeiro conceito demonstra os limitantes que envolvem todo processo de negociação. Tanto um lado como o outro buscam maximizar seus ganhos e agem de acordo com os interesses do grupo que representam. Ele então divide o processo em dois estágios, primeiramente há a barganha entre os negociadores, que gera um acordo provisório. Após esse estágio, há a discussão no interior de cada grupo, para decidir se o acordo será ou não ratificado. A partir disso, é possível estabelecer um “conjunto de vitórias”, que ele dá o nome de “winset”, que é o conjunto de todos os acordos que seriam aceitos por cada grupo (PUTNAM, 2010).

O segundo termo, o de “reverberações”, mostra como, intencionalmente ou não, pressões internacionais influenciam, ou melhor, reverberam, na política interna gerando consequências nas negociações. Por exemplo, um diplomata que queira expandir o conjunto de vitórias em uma negociação, pode influenciar a opinião pública do interior do Estado no qual está se negociando, assim como buscar apoio de partidos políticos e grupos de interesse. (PUTNAM, 2010).

Após demonstrar resumidamente alguns dos conceitos desenvolvidos por Robert Putnam, é possível traçar um paralelo com o

tema escolhido. De um lado, havia grande pressão no ambiente doméstico, pois em plena ditadura militar, vários setores queriam a volta da democracia, assim como havia também a demanda de que o novo presidente mantivesse as altas taxas de crescimento de seu predecessor. Por outro lado, havia pressão externa, com as modificações do cenário internacional da década de 70, e que reverberavam no ambiente doméstico. O foco do artigo é se aprofundar em uma dessas pressões externas, que foi a crise do petróleo em 1973, e os efeitos que ela causou na estratégia de política externa brasileira.

Primeiramente, serão analisadas a origem e os efeitos imediatos da crise do petróleo de uma forma geral, tanto para os países desenvolvidos quanto para os países em desenvolvimento, em especial o Brasil, visto que é o contexto histórico em que o governo de Geisel estava inserido. E então, serão discutidas as estratégias de política externa brasileira voltadas à diversificação e multiplicação de parcerias, inseridas no Pragmatismo Ecumênico e Responsável. Por fim, serão apresentadas algumas das mais relevantes relações em que o Brasil estabeleceu e/ou aprofundou no período, num esforço de intensificar as políticas universalistas, buscando novos contatos sem barreiras ideológicas.

O contexto internacional da década de 70: a Crise do Petróleo

A década de 70 marcou uma inflexão na política mundial. A hegemonia dos Estados Unidos, incontestável desde o fim da Segunda Guerra Mundial, começa a dar sinais de vulnerabilidade. Em 1950, 58% da produção total entre os países desenvolvidos era estadunidense, em 1970 esse número foi para 47%. No mesmo período, suas exportações de manufaturados declinaram de 33% para 16% (ARMSTRONG, GLYN, HARRISON apud CRUZ, 2004, p. 166). Soma-se a isso a ruptura unilateral do sistema de Bretton Woods, o déficit na balança de pagamentos e a pressão da opinião pública pelo fim da Guerra do Vietnã.

Embora a Guerra Fria estivesse longe de terminar, novos atores passaram a ser considerados relevantes no sistema internacional. Europa Ocidental e Japão se reerguiam economicamente. Enquanto nos EUA os ganhos anuais de produtividade da indústria de manufaturas entre 1960 e 1968, ficou em 3,3%, na Europa foi 5,8% e no Japão 10%. (MADDISON apud CRUZ, 2004, p. 166).

Porém, emergiam novos focos de poder como Brasil, México, Taiwan, e os países exportadores de petróleo. Segundo Cervo e Bueno, a ordem internacional dos anos 70 ficaria marcada por uma diversificação dos polos de poder. As relações Leste-Oeste seriam usadas para manter estabilidade e evitar que ocorresse a proliferação da tecnologia nuclear. (BUENO; CERVO, 2008).

Na visão do governo Nixon, com forte influência de Henry Kissinger - que desempenhou o papel de assessor especial para a segurança nacional no primeiro mandato, e no segundo como secretário de Estado - Estados Unidos, União Soviética, China, Japão e Europa Ocidental seriam sócios na manutenção da ordem mundial, ou seja, deveriam compartilhar as responsabilidades e tomar decisões conjuntamente. Em sua visão, o mundo passava por uma transição do sistema bipolar para multipolar (AYERBE, 2002).

Indicativos dessa nova configuração seria a admissão da China Continental na ONU, a visita de Nixon a Mao-Tsé Tung e a Brejnev, as negociações entre Estados Unidos e URSS sobre limitações do uso de material bélico, conhecido como SALT, e o reconhecimento da Alemanha Oriental por parte dos americanos (CRUZ, 2005). O período de grande crescimento econômico do pós-guerra havia chegado ao fim. Em 1973, a crise do petróleo estoura, trazendo à diversos países uma combinação de inflação, baixo crescimento econômico e desemprego (GILPIN, 2004).

Os antecedentes que levaram ao primeiro choque do petróleo em 1973 remetem à década anterior, quando os cinco principais países produtores de petróleo do mundo - Arábia Saudita, Irã, Kuwait, Iraque e Venezuela - se reuniram em Bagdá, e criaram a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Suas principais prerrogativas eram defender interesses dos países produtores, garantir a estabilidade de preços e conseguir um justo retorno financeiro (TRAUMANN, 2007). Em 1973, Egito e Síria invadiram Israel na tentativa de recuperar os territórios que haviam sido perdidos durante a Guerra dos Seis Dias, mas foram violentamente combatidos por Israel, com ajuda dos Estados Unidos.

A ONU tentou intervir através da resolução 242, requerendo que Israel devolvesse esses territórios para a Palestina, o que nunca ocorreu. Esse episódio ficou conhecido como a Guerra de Yom Kippur, que é como se chama o feriado judeu do “dia do perdão”, visto que se iniciou no dia do feriado, em 6 de Outubro. Como não tinham condições de se lançarem numa guerra naquele momento,

os árabes utilizaram o preço do barril de petróleo como forma de retaliar os países aliados de Israel. Através da OPEP, realizaram um embargo econômico a esses países.

O aumento drástico do preço dos barris do petróleo reduziu o comércio mundial de 8,3% ao ano entre 1960 e 1970 para 5,2% ao ano entre 1970 e 1980 (CARNEIRO apud MITTELSTADT, 2010, p. 20). Tanto os países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento tiveram que adotar medidas para se recuperar o mais rápido possível da crise, com a redução do consumo, corte nos gastos públicos e diminuição das importações. Na linguagem de Putnam, os atores internacionais agiam de forma a lidar com as pressões externas, nesse caso o aumento do preço do petróleo e os efeitos por ele criados. Ao mesmo tempo em que tentavam equilibrar as pressões domésticas, de forma a minimizar os custos que a crise causaria na economia e na opinião pública, que seria diretamente afetada por uma crise econômica.

O boicote deslocou o poder do mercado do petróleo das multinacionais americanas para a OPEP e tiveram efeitos recessivos e inflacionários em diversas economias. Inflacionário porque o petróleo era uma matéria-prima essencial para qualquer país, servindo de base para diversos processos industriais, elevando o preço de produtos e commodities. Também causou deflação por diminuir os recursos disponíveis que alavancam o crescimento econômico, freando a economia mundial. (GILPIN, 2004).

Retomando o conceito de “reverberações”, o Brasil também foi afetado pelas condições internacionais, já que importava 80% do petróleo que consumia (LIGIÉRO, 2011). E no ambiente doméstico, era pressionado a manter altas taxas de crescimento econômico e lidar com a dependência que a infraestrutura brasileira tinha no petróleo. De 1973 para 1974, o valor da compra de combustíveis e lubrificantes saltou de US\$ 769 para US\$ 2.962. Passou também a enfrentar o protecionismo de vários países e como importava muitos insumos industriais, teve que lidar com a inflação que atingiu esses produtos (LIGIÉRO, 2011).

A política externa durante o governo Geisel (1974 - 1979)

O General Ernesto Geisel foi o 4º presidente do Brasil durante a Ditadura Militar, iniciou seu mandato em 15 de Março de 1974 e o encerrou em 1979, dando início a um período de lenta abertura

política. Tornou-se reconhecido pelos rumos de sua política externa, por centralizar as decisões internas e externas e acompanhar de perto as principais questões internacionais, juntamente com o ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira. Começou seu mandato em meio a muitas turbulências tanto no cenário internacional como no doméstico.

Como Putnam destaca em sua análise, há condicionantes externas e internas aos processos políticos. O Brasil, no plano externo, como já foi discutido, sofria com as pressões e reverberações do choque do petróleo e da subsequente recessão. No plano interno, Geisel era pressionado por diversas frentes. Precisava manter o apoio militar, do empresariado, que havia dado suporte ao golpe, e a opinião pública, que estava extremamente descontente com a situação política e desejava a volta da democracia. Seu maior desafio: precisava manter elevadas taxas de crescimento econômico do período conhecido como “Milagre Econômico”, em que o país crescia a taxas elevadíssimas e aceleradas, com uma taxa média de 11,3% entre 1964 e 1974, chegando ao ápice em 1973, com 14% (OLIVEIRA, 2005).

O crescimento econômico a esses parâmetros gerou, no entanto, um consumo gigantesco de petróleo e de bens de capital, que eram em sua maioria importados, para suportar a enorme produção industrial do país e, um grande endividamento externo. Geisel, porém, não poderia deixar que a recessão mundial afetasse esse crescimento, pois prejudicaria seu mandato e a legitimidade do regime.

Para se recuperar da crise, os países desenvolvidos adotaram políticas protecionistas, diminuíram suas importações e aumentaram o preço de seus produtos exportados, principalmente de produtos industrializados. Essas medidas atingiram fortemente os países periféricos, entre eles o Brasil, que precisava de mercados para escoar seus produtos manufaturados, era dependente da importação de máquinas e equipamentos destes países para sua produção industrial e precisava manter sua balança comercial favorável.

A crise do petróleo foi um fator determinante das políticas e estratégias do novo governo, que precisou se adaptar às mudanças internacionais que a crise produziu e seguir com a política de crescimento econômico. A política externa do governo Geisel é considerada por muitos, como a mais ousada do governo militar. A nova estratégia de inserção internacional foi chamada de Pragmatismo Ecumênico e Responsável.

Primeiramente, é necessário definir os termos do Pragmatismo. A política é pragmática porque, não leva em consideração apriorismos e divergências ideológicas, é realista e responsável por visar atender aos interesses nacionais acima de tudo. Ecumênica, por ter o objetivo de ampliar a relação com outros Estados e multiplicar parcerias, sem levar em consideração relações especiais (MENDONÇA; MIYAMOTO, 2011). Seguindo o princípio de autodeterminação dos povos, soberania e liberdade. Em discurso proferido por Geisel, ele explica a nova estratégia de política externa de seu governo:

No caso do Brasil, sua política externa é baseada no que chamamos de “pragmatismo responsável”, no ecumenismo e num princípio que consideramos essencial: o princípio de não intervenção nos assuntos internos dos outros Estados (...). A política exterior brasileira é pragmática porque procura considerar a realidade internacional tal como ela se apresenta, e é responsável porque é ética. (GEISEL apud OLIVEIRA, 2005, p. 149)

Essa nova política recupera os princípios da Política Externa Independente, presente no Governo de Jânio Quadros e João Goulart, interrompida pelo governo de Castelo Branco e retomada por Costa e Silva, Médici e, de forma mais aprofundada, por Geisel. A PEI tinha como principais características: ser independente de conflitos ideológicos, buscar satisfazer os interesses nacionais, enfatizar os países em desenvolvimento e a relação do Brasil com esses Estados, diversificar as parcerias internacionais, buscar autonomia, superar o subdesenvolvimento, aumentar a participação brasileira nas decisões mundiais e respeitar os princípios de autodeterminação dos povos e a não intervenção. Mas nos governos de Jânio Quadros e João Goulart ficou somente na intenção, no discurso (OLIVEIRA, 2005).

Com o Pragmatismo, os conceitos de autonomia e universalismo atingem seu apogeu (FREITAS, 2015). O Brasil, de forma mais intensa, busca ampliar seus contatos comerciais, políticos e econômicos com diversas partes do mundo e rompe com a relação especial com os EUA, por perceber que não havia nenhum benefício em manter essa relação. Os esforços americanos estavam voltados para as questões de segurança que a Guerra Fria exigia, e seu relacionamento com o Brasil estava longe de ser prioridade. O Brasil volta-se completamente aos interesses nacionais, como afirma Mathias Spektor (2004), esse movimento de maior liberdade e flexibilidade só foi possível pelas mudanças estruturais no sistema internacional

durante os anos 70. O que mostra os efeitos diretos que as reverberações tiveram na estratégia de política externa.

Dessa forma, procurando atender aos interesses nacionais e se adequar aos condicionantes externos, buscou-se expandir as relações internacionais sem preferências, deixando de lado os conflitos ideológicos entre Leste - Oeste, focando no debate Norte - Sul. O Brasil acreditava na superação do tradicional poder vertical, em que as grandes potências exerciam poder sobre os países periféricos, que daria lugar à interdependência horizontal entre os Estados, baseada na cooperação. Azeredo da Silveira explica de forma clara os preceitos da política externa:

(...) o Brasil teve que multiplicar seus contatos com outras nações, diversificar os mercados para seus produtos e buscar novas fontes de financiamento e tecnologia. Essa necessidade de diversificação de contatos foi ainda mais acentuada pela crise econômica que hoje afflige o mundo ocidental. À medida que alguns dos mercados tradicionais fecham suas portas às importações feitas ao Brasil, precisamos buscar outros clientes que ainda não tenham sido afetados pelo vírus do protecionismo. (SILVEIRA apud OLIVEIRA, 2005, p. 150).

As relações brasileiras com os países em desenvolvimento e com os industrializados tinham interesses diferentes. Com os primeiros, o foco era ter acesso ao mercado consumidor e exportar seus produtos, já com os últimos, a intenção era a tecnologia, transferência de capital e financiamento. É possível observar um esforço muito grande no estabelecimento de relações bilaterais em detrimento das multilaterais, já que estas traziam resultados restritos e muito limitados, então há uma perda de espaço dos organismos internacionais na estratégia de desenvolvimento. Como é possível verificar na tabela abaixo:

Tabela 1 - Exportações totais do Brasil por região (1973-1979) em US\$ milhões

	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1978
América	1789	2829	2771	3089	3720	4759	5768
Europa	3234	3493	3967	5180	6064	5468	6560
Ásia	822	978	1298	1068	1486	1523	2029
África	172	416	298	364	535	635	649
Oceania	21	40	28	43	35	75	78

Fonte: Tabela elaborada por Henrique Z. Menezes e Marcio A. Scherma, a partir de: Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Fundação IBGE. 1990.

Analisando-se a tabela, é possível afirmar que as relações com a América como um todo e Europa, tiveram uma leve elevação. África e Ásia aumentaram suas participações gradativamente, mas de forma a comprovar os esforços do governo em expandir relações nessas regiões. No primeiro ano de Geisel, as exportações para a Ásia totalizavam US\$ 978 milhões, passando a US\$ 2029 em 1978, ou seja, um aumento de aproximadamente 107%. As relações com a África no mesmo período oscilaram, já que a aproximação foi mais política do que econômica, mas aumentaram em 56%. O Brasil teve relações menores com a Oceania, mas que também avançaram.

Além disso, é notável que o Brasil mais do que duplicou suas exportações no período (1974 - 1979), com um aumento de 91,7%, como a próxima tabela mostra, demonstrando o esforço por parte do governo brasileiro em aumentar a exportação e equilibrar sua balança comercial:

Tabela 2 - Exportações brasileiras (antiga metodologia BPM5) - US\$ (milhões)

Data	Exportações
1972	3.991,22
1973	6.199,20
1974	7.951,00
1975	8.669,94
1976	10.128,30
1977	12.120,18
1978	12.658,94
1979	15.244,38
1980	20.132,40

Fonte: Revista Conjuntura Econômica, da FGV, ajustados pelo Ipeadata à série anual do Banco Central. Disponível: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso: 24/05

No plano doméstico, é necessário voltar ao início do regime militar que criou as bases políticas e econômicas presentes no governo Geisel. No âmbito político, o golpe civil - militar foi dado com a justificativa de proteger o Brasil contra a ameaça esquerdista que o governo de João Goulart representava. Segundo Rodrigo Amaral Souza (1989), os novos donos do poder provinham da burguesia associada ao capital externo, as classes médias e militares ligados a Escola Superior de Guerra, portanto as novas políticas aplicadas teriam a influências direta desses setores. Após assumirem o poder,

precisariam permanecer por mais um curto tempo para colocar a economia e as instituições em ordem. Após isso, eleições se realizariam e a normalidade institucional retornaria.

O que não aconteceu, já que o fim do regime se deu somente na década de 80. Logo nas eleições de 1965, o maior apoiador do regime, a UDN, sofreu forte derrota. O que acendeu o alerta de que o apoio civil ao regime não era tão amplo quando se pensava. A partir desse momento os atos institucionais foram se sucedendo e a liberdade sendo a cada dia mais cerceada. O ápice do autoritarismo e endurecimento veio com o AI-5 em 1968, que dentre outras coisas dava poderes ao executivo de fechar o Congresso, intervir em estados e municípios e suspender direitos políticos de qualquer cidadão (SKIDMORE, 1988).

O governo de Médici ficaria marcado pela forte repressão de um lado, mas altas de taxa de crescimento, durante o chamado “Milagre Econômico”, de outro. Seu sucessor, Ernesto Geisel, tinha a proposta de iniciar uma gradual abertura do regime, ou seja, de manter o controle da transição do governo militar para um futuro governo civil, para que esta não viesse pelas mãos da oposição, ao mesmo tempo em que não dava poderes às linhas mais autoritárias de alguns setores das forças armadas, conhecidos como “linha-dura” (VIZENTINI, 1998).

Geisel então, pretendia alcançar esse equilíbrio entre a “linha-dura” e a oposição. Eventualmente, a ditadura chegaria ao fim, ele então queria guiar esse processo. Ao propor a abertura do regime, Geisel “tentava prevenir o distanciamento entre a elite militar governante e o corpo político nacional por um lado e, por outro, pôr fim às lutas internas entre facções militares rivais, tão comuns em regimes centralizados (SPEKTOR, 2004, p. 210). Essa atuação de Geisel nos remete às ideias de Putnam de que todo negociador ou tomador de decisão deve buscar estabelecer um equilíbrio entre os diferentes grupos internos ao Estado.

Dessa forma, sairia fortalecido para ter maior autonomia sobre os rumos da política externa, e no caminho contrário, uma política externa bem sucedida, o fortaleceria internamente frente às facções militares. Para realizar tal abertura, ainda segundo o autor, buscou-se:

[...] o progressivo fim da censura à imprensa, a redução do poder e independência da comunidade de informações, o abandono da prática das prisões políticas, fortalecimento da hierarquia militar, a anistia a exilados políticos e a imposição de uma nova lei eleito-

ral enviesada a favor do partido governante. Essa agenda coexistiu com o uso político da tortura e do terrorismo de Estado, a censura e a intervenção oficial em sindicatos e no Congresso Nacional (SPEKTOR, 2004, p. 211).

Mais um grupo doméstico que pressionava por políticas que lhes fossem benéficas eram os empresários. Era imprescindível manter o apoio da classe empresarial, representada pela Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB). Criada em 1955, a associação contava com 89 empresas no início do governo Geisel e tinha como finalidade apoiar as indústrias de bens de capital. Pelo apoio dado ao golpe de Estado, muito de seus empresários foram premiados com importantes cargos no governo, tendo então maior poder de influenciar as diretrizes econômicas dos governos militares (BRANDÃO, 2007).

O maior desafio de Geisel, em relação a esse grupo, foi atender às demandas de proteger a indústria nacional, sobretudo a de bens de capital, formular uma política industrial que estimulasse a produção interna e definir claramente a função que o capital estrangeiro teria no país. Havia sérias críticas aos acordos bilaterais que o Brasil realizava em busca de financiamento para seu desenvolvimento, mas que tinha como contrapartida a importação de máquinas e equipamentos que já eram produzidos internamente (BRANDÃO, 2007). Por isso, embora o governo Geisel tenha se esforçado em aprofundar as políticas universalistas, buscado fontes de financiamento e investimentos externos, havia a pressão dos grupos empresariais para que o desenvolvimento da indústria nacional fosse priorizado e que o modelo de substituição de importações mantido.

Com o impacto gerado pela crise em 1973, o governo passou a buscar alternativas para sustentar o desenvolvimento econômico e o crescimento industrial. É criado, em 1974, o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), um projeto de caráter desenvolvimentista, que atuaria em duas frentes: a primeira, essencialmente econômica, no equilíbrio das contas externas, diminuição das vulnerabilidades criadas pelo choque do petróleo e a forte dependência que se tinha de importações; e política, para garantir a legitimidade do regime, que necessitava manter altas taxas de crescimento (MENEZES, SCHERMA, MIYAMOTO, 2010).

O II PND teria a função de reduzir a dependência externa do Brasil às fontes de energia; aprofundar o processo de substituição de importações no setor de bens de capital, o que ia de encontro com as

demandas do empresariado; estabelecer uma política de incentivo à ciência e tecnologia e, conquistar novos mercados externos para venda de produtos, prioritariamente manufaturados (MENDONÇA; MIYAMOTO, 2011). O II PND e o Pragmatismo são faces de uma mesma moeda. Ambos tinham a função de lidar com a crise do petróleo e com as vulnerabilidades que o país apresentava e que a crise evidenciou.

Principais relações aprofundadas e/ou estabelecidas

Como foi dito anteriormente, dentro da estratégia do Pragmatismo, externamente, e do II PND internamente, o Brasil diversificou seus contatos com o mundo, sem áreas prioritárias, mas sabendo no que cada uma delas poderia oferecer de acordo com os interesses nacionais. Havia certo ceticismo por parte da diplomacia em relação aos fóruns multilaterais, portanto as relações bilaterais foram exploradas e seguiram algumas diretrizes, como: aproximação com Ásia e Europa, principalmente com a República Federal Alemã; aproximação com os países árabes e afastamento de Israel; intensificação das relações com a África e reaproximação com os países da América Latina.

Na Ásia, os dois Estados em que o Brasil mais se aproximou foram República Popular da China e Japão. No caso da China, apesar de ser comunista - o que demonstra o pragmatismo - as relações foram estreitadas, pois havia muitas similaridades, como a defesa da não interferência nos assuntos internos, por se dedicarem a agenda do Terceiro Mundo e por suas críticas às políticas protecionistas dos países desenvolvidos, principalmente em relação aos Estados Unidos. A China fazia parte do Conselho de Segurança da ONU, sendo um promissor aliado nos fóruns multilaterais. Para isso, estabeleceu relações diplomáticas com a China Continental em 1974.

Desde o começo do regime havia um interesse do Brasil em se aproximar do Japão, sobretudo por conta de seus interesses em captar recursos, equipamentos e tecnologia. Em 1970, foi firmado o Acordo Básico de Cooperação Técnica, encabeçado por Gibson Barbosa, chanceler de Médici. Em 1976, Geisel viajou até o Japão e realizou diversos negócios, essa aproximação servia à estratégia de ambos em reduzir a dependência que tinham em relação aos Estados Unidos. A parceria se baseou em fornecimento de matérias-primas por parte do Brasil, em troca de investimentos, produtos industrializados e tecnologia por parte dos japoneses. (OLIVEIRA, 2005).

No cenário europeu, a República Federal Alemã ocupou uma posição muito importante dentre as relações bilaterais que o Brasil mantinha e logo se torna sua maior parceira comercial entre os europeus. O Brasil se consolidou como seu principal exportador do Terceiro Mundo, com exceção dos países produtores de petróleo, e o que mais recebeu investimentos alemães no exterior. A aproximação ocorreu com o intuito de estabelecer negociações, principalmente, no campo da tecnologia nuclear. (LESSA, 1995).

Em 1974, o governo americano suspendeu o fornecimento de urânio para a usina de Angra, agravando ainda mais os problemas energéticos que o Brasil enfrentava. Ao mesmo tempo, o programa nuclear alemão precisava de financiamento com países do exterior para romper com o monopólio das empresas americanas no setor. Então, os dois países se uniram e firmaram, em 1975, o Acordo Nuclear, sofrendo fortes pressões dos EUA (LIGIÉRO, 2011). Azeredo da Silveira, em pronunciamento na Assembleia das Nações Unidas em 1978, faz uma clara crítica à atitude dos EUA de dificultar o acesso à tecnologia nuclear aos países subdesenvolvidos.

Os obstáculos que certos países desenvolvidos procuraram criar para a aquisição, pelos demais Estados, de tecnologias indispensáveis ao desenvolvimento, inclusive a nuclear para fins pacíficos, são apenas um campo em que alguns países altamente industrializados, cientes da crescente importância econômica e política da tecnologia, num mundo de recursos naturais cada vez mais limitados, tentam sistematicamente dificultar, restringir ou impedir o acesso de países em desenvolvimento à tecnologia necessária à promoção do bem-estar de seus povos. (BRASIL apud JULIÃO, 2010, p. 214-215)

O Acordo Nuclear previa urgente transferência de tecnologia nuclear, sendo uma alternativa bastante viável à dependência de petróleo que o Brasil tinha e, uma forma de manter o crescimento industrial em elevação. Além da RFA, a Comunidade Econômica Europeia também tinha bastante expressividade em seu comércio com o Brasil, em 1974, as exportações brasileiras atingiam US\$ 1,4 bilhão, e em 1979, passaram a US\$ 5,6 bilhão, enquanto as importações brasileiras passaram de US\$ 1.2 bilhão em 1974 para US\$ 4.1 bilhões em 1979 (LIGIÉRO, 2011).

No Governo Geisel, tornou-se necessário rever as posições defendidas em relação à África que o Brasil tradicionalmente seguia. O país oficialmente defendia a descolonização e a autodeterminação dos povos e na época, várias colônias europeias na África lutavam pela independência. Contudo, durante o governo de Costa e Silva e Médici, o

Brasil ainda mantinha laços especiais com Portugal, através do Tratado de Amizade e Consulta celebrado em 1953. Nas votações da ONU contra o colonialismo português, o Brasil sempre se posicionava a favor de Portugal, sustentando uma posição ambígua (FILHO; LESSA, 2007).

Gradativamente, o Brasil começa a se distanciar de Portugal, e abandona seu alinhamento automático no governo de Geisel, que não apoiaria mais a ex-metrópole nas votações da ONU e passaria a agir movido pelos próprios interesses. É necessário ressaltar a influência da crise do petróleo nessa mudança de estratégia. Países africanos e árabes estavam momentaneamente unidos devido às guerras no Oriente Médio, os africanos estavam descontentes com a postura brasileira de apoio a Portugal e as relações comerciais que tinha com a África do Sul, cuja maioria negra sofria com o apartheid.

Essa insatisfação ficou evidente durante a disputa entre Brasil e Argentina, referente à usina hidrelétrica de Itaipu e a exploração dos rios internacionais. Esta disputa foi levada a julgamento na ONU e o Brasil perdeu para a Argentina. Durante a votação, o bloco de países africanos votou contra o Brasil, como forma de retaliação e os países árabes também, pois o Brasil tinha uma posição duvidosa em relação a Palestina. Com isso, o bloco de países africanos e árabes, ambos descontentes com o Brasil, planejavam um embargo ao fornecimento de petróleo, o que prejudicaria seriamente o Brasil. Fazendo-o agir com urgência e mudar seu relacionamento externo.

Dessa forma, em 1974, o Brasil reconhece a independência da Guiné-Bissau, reconhece também o Movimento para a Libertação de Angola (MPLA), que seguia orientações socialistas. Estabelece relações diplomáticas com Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Gabão, Serra Leoa, Alto Volta e Lesoto. Além disso, o Brasil condena o apartheid e reduz drasticamente suas relações com a África do Sul, para não prejudicar suas relações com os outros países.

Nigéria, Gabão e Angola tornaram-se importantes fornecedores de petróleo para o Brasil. Em 1977, as trocas comerciais com a Nigéria cresceram expressivamente, as exportações para o país passaram de US\$ 3 milhões em 1973 para US\$ 115 milhões em 1977. Entre 1972 e 1981, as exportações brasileiras para a África passaram de US\$ 90,4 milhões para US\$ 1,96 bilhão, e as importações, de US\$ 152,9 milhões para US\$ 1,98 bilhão (BUENO; CERVO, 2008).

A aproximação com o Oriente Médio também foi determinada pela elevação do preço do petróleo em 1973, o Brasil precisava corrigir sua posição na região, para garantir o provimento de petróleo em épo-

ca de grande demanda e em meio à crise do petróleo. Historicamente, o Brasil mantinha uma posição de equidistância nos conflitos entre Israel e Palestina, mudanças em relação ao Oriente Médio começaram a acontecer já no governo de Médici, com a defesa da desocupação dos territórios palestinos ocupados por Israel. Como citado anteriormente, um embargo ao fornecimento de petróleo estava sendo orquestrado.

Com Geisel, em 1975, o Brasil se manifesta em uma sessão da ONU a favor da retirada de tropas israelenses em territórios ocupados à força, e afirma que os povos palestinos têm direito à autodeterminação e soberania. Era imprescindível manter uma boa relação, para complementar as ações que já estavam sendo postas em prática internamente para lidar com a crise. Por exemplo, com a redução de importações, incentivo à pesquisas de fontes alternativas de energia, como o etanol, incremento na produção interna de petróleo e autorização dada à Petrobrás para firmar contratos com cláusula de risco (BUENO; CERVO, 2008).

Em 1975, foi feito o Acordo de Cooperação Econômica com a Arábia Saudita não só para assegurar o fornecimento de petróleo, mas também para gerar cooperação nas áreas de transporte, bens e serviços, tecnologia e no setor agrícola. No mesmo ano, foi feito o acordo de cooperação técnico-científica com a Líbia, de intercâmbio comercial com o Irã em 1977, e com o que se tornaria o principal parceiro econômico brasileiro da região, o Iraque (TRAUMANN, 2007). A tabela abaixo mostra como o contato com a região foi significativo, pois a quantidade de petróleo importado foi crescente no período.

Tabela 3 - Importações de Petróleo - qde. - metro cúbico (mil)

Data	Importações
1972	30.032
1973	40.890
1974	40.261
1975	41.683
1976	47.828
1977	47.330
1978	52.275
1979	58.197
1980	50.564

Tabela 3 - Fonte: Agência Nacional do Petróleo (ANP). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso: 24/05

Embaixadas foram abertas, contratos e acordos foram feitos, assim como novos mercados para as exportações brasileiras foram abertos, porém ainda com déficit comercial brasileiro alto, já que a importação de petróleo era muito mais expressiva. Em 1974, o Brasil era o principal consumidor de petróleo saudita na América Latina e do mundo. Em 1979, a Arábia Saudita tornou-se responsável por 34,4% no valor total das importações brasileiras de petróleo bruto, o Iraque 29%, o Kuwait 10%, Líbia 7,5% e Irã 5,4%, ou seja, grande parte do petróleo que o Brasil consumia vinha do Oriente Médio. (TRAUMANN, 2007).

A relação entre Brasil e Iraque foi a que mais se aprofundou, porque era uma região estratégica, importava quase tudo que consumia. Com o aumento vertiginoso do preço do petróleo, o governo iraquiano pretendia investir na infraestrutura do país e em equipamentos bélicos, mas sem depender das grandes potências, por isso também estava na busca por parceiros alternativos. Antes mesmo de assumir a presidência, Ernesto Geisel na época em que atuava como presidente da Petrobrás, sabia que o Brasil seria dependente de petróleo importado por muito tempo, portanto já sabia da importância de manter boas relações com países produtores de petróleo, antes mesmo do choque eclodir. (FARES, 2007).

O Iraque, então, seria uma boa opção de parceiro comercial e no governo Geisel essa alternativa foi amplamente incentivada, porque se encaixava nos objetivos de multiplicação de parcerias da política externa e dos esforços de recuperação econômica e incentivo ao desenvolvimento do II PND. A relação com o Iraque basicamente se caracterizava pelo fornecimento de petróleo em troca da abertura de seu mercado aos produtos brasileiros, principalmente, material bélico, insumos, tecnologias nucleares e de construção civil. Porém, o Brasil não comprava apenas o petróleo, a Petrobras participou de projetos de apoio com a indústria estatal de petróleo, a “State Oil Marketing Organization” (SALEH; SPOHR; MATTOS; ADRIOTTI, 2010).

Um exemplo dessa nova parceria, foi a contratação da empresa brasileira de construção civil, Mendes Jr., para instalar a ferrovia que ligaria Bagdá à cidade de Akashat. Apesar de ter sido feita por uma empresa privada, foi acompanhada de perto pelo governo brasileiro. Em 1977, o Iraque figurava como o terceiro maior parceiro comercial do Brasil e em 1979, era seu terceiro maior parceiro comercial, tornando-se também o maior importador de serviços brasileiros de

engenharia e de produtos industrializados, e principalmente na década de 80, seria grande comprador dos materiais bélicos nacionais (FARES, 2007).

Já no cenário latino-americano, por muito tempo o Brasil foi visto com desconfiança, por seu tradicional alinhamento com os EUA e suas pretensões hegemônicas na região. Mas com Geisel, houve um esforço para reverter essa visão tendo na América Latina uma região prioritária. O governo compreendia que a cooperação entre eles era uma importante estratégia de desenvolvimento e sua política externa no cone sul foi marcada pela ação em órgãos multilaterais como a SELA (Sistema Econômico Latino - Americano), a OEA (Organização dos Estados Americanos) e a Alalc (Associação Latino- Americana de Livre Comércio).

A crise do petróleo também intensificou as relações bilaterais, tendo como principais objetivos, garantir os fornecimentos de energia, expandir as trocas comerciais e facilitar o acesso aos recursos da região. A maior prioridade para o Brasil na América Latina era a Bacia do Prata, na qual seria construída a Usina Hidrelétrica de Itaipu, que possuía um enorme potencial de geração de energia. Muitos acordos foram feitos, em 1975, foram assinados tratados sobre comércio, investimentos e transferência de tecnologia com o Paraguai e também com o Uruguai.

Em 1974, diversos acordos de assistência técnica e financeira foram feitos com a Bolívia, de grande interesse do Brasil pelas suas reservas de gás natural, assim, o país forneceria gás natural durante 20 anos, em troca de assistência financeira para a construção de um polo industrial (MENEZES; MIYAMOTO; SCHERMA, 2010). Em 1977, depois de um longo período de desavenças, Brasil e Venezuela, começaram a fazer trocas comerciais e “joint ventures”, para o desenvolvimento de recursos naturais e fornecimento de petróleo ao Brasil.

O governo Geisel conseguiu, com sucesso, expandir as relações brasileiras com boa parte dos países da América Latina. Em 1974, a participação das exportações brasileiras na região era de 11,1%, em 1979, alcançou 16,9%. As vendas e as importações também aumentaram muito, as exportações, de US\$ 350 milhões em 1974 passaram a US\$ 2,6 bilhões, as importações, cresceram de US\$ 350 milhões em 1974 para US\$ 2,2 bilhões em 1979. (LIGIÉRO, 2011).

Considerações finais

A Crise do Petróleo de 1973 foi um fator determinante na intensificação das políticas universalistas durante o governo de Ernesto Geisel. Com as mudanças no sistema internacional nos anos 70, a margem de manobra do Brasil foi ampliada, havendo a possibilidade de aprofundar e expandir relações com diversos países. O foco dessas relações com os países de Primeiro Mundo foi modificado, a relação especial que se tinha com os Estados Unidos foi deixada para trás, enquanto Europa e Japão ganharam grande destaque. O Oriente Médio, a África e a Ásia também foram áreas estratégicas de aproximação, com o intuito de manter o fornecimento de petróleo e ter acesso a novos mercados consumidores para os produtos brasileiros.

Como afirma Robert Putnam, a política doméstica e as relações internacionais estão interligadas, portanto fatores internos também foram importantes para a universalização da política externa. Após dez anos de ditadura militar, Geisel iniciou uma lenta abertura política, procurou estabelecer um equilíbrio entre a oposição e as facções mais conservadoras entre os militares, para ter autonomia em sua estratégia de política externa. O motivo que ainda trazia certa estabilidade para o regime era o crescimento econômico.

Portando, para lidar com os efeitos da crise do petróleo, haviam duas soluções, diminuir a atividade industrial, o consumo e entrar em recessão, conseqüentemente, aumentando ainda mais o descontentamento da opinião pública, que desejava a volta da democracia. Ou, forçar o crescimento econômico através da busca de novos parceiros comerciais e políticos, do acesso à tecnologia, recursos energéticos, financiamentos, para manter a economia aquecida, o apoio do empresariado, superar as vulnerabilidades do parque industrial brasileiro e da dependência energética, ou seja, aprofundar políticas de caráter universalista.

Já existia uma tendência nos governos anteriores a Geisel em diversificar contatos e aumentar a inserção internacional do Brasil. Desde a PEI dos governos de Jânio Quadros e João Goulart, a busca por autonomia e multiplicação de parcerias era um objetivo a ser alcançado. Nos governos militares, essa intenção retornou após o breve hiato do governo de Castelo Branco e atingiu seu ápice no governo de Geisel. Soma-se a isso a crise do petró-

leo, que foi o fator que mais impulsionou a política universalista, obrigando o país a tomar uma posição: enfrentar uma recessão econômica ou procurar novos mercados e parcerias, e o governo de Geisel optou pela segunda opção.

Referências

ANDRIOTTI, Luiza Salazar; MATTOS, Fernando Preusser; SALEH, Alexandre Annes; SPOHR, Alexandre Piffero. Relações Brasil/Iraque: desenvolvimento nacional e projeto de potência (1973-1985). **Revista Fronteira**, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 7-25, 2010.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. A ABDIB e a política Industrial no Governo Geisel. In: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: **Associação Nacional de História - ANPUH**, 2007, p. 1-9.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil**. 3ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. **Globalização, democracia e ordem internacional: ensaios de teoria e história**. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

FARES, Seme Taleb. O Pragmatismo do Petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 129-145, 2007.

GILPIN, Robert. **O Desafio do Capitalismo Global: a economia mundial no século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PENNA Filho, Pio; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 57-81, 2007.

FREITAS, Auxíliia Ghisolfi. Autonomia e Pragmatismo: A Política Externa Independente e o Pragmatismo Responsável e Ecumênico. In: V Encontro Internacional UFES/ Paris-Est, 2015, Espírito Santo. Anais do V Encontro Internacional UFES/ Paris-Est. Espírito Santo: **Periódicos Ufes**, 2005, p. 255 - 273.

JULIÃO, Taís Sandrim. **A atuação multilateral do Brasil sob o governo de Ernesto Geisel: as dinâmicas do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)**. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/358/309. Acesso em: 31 fev. 2016

LESSA, Antônio Carlos Moraes. A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional Desenvolvimentismo (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 1, n. 38, p. 24-39, 1995.

LIGIÉRO, Luiz Fernando. **A autonomia na política externa brasileira a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?**. Brasília: FUNAG, 2011.

MENDONÇA, Filipe Almeida do Prado; MIYAMOTO, Shiguenoli. A Política Externa do Governo Geisel (1974 - 1979). **Revista Século XXI**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 11-29, 2011.

MENEZES, Henrique Zeferino; MIYAMOTO, Shiguenoli; SCHERMA, Márcio Augusto. Política Externa e Desenvolvimento: o Governo Geisel (1974-1978). **Revista Política Hoje**, v. 19, n. 1, p. 80-120, 2010.

MITTELSTADT, Davi Doneda. **O II PND e o Pragmatismo Responsável: A relação entre a Política externa no Governo Geisel (1974-1979)**. 2010. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2005.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.18, n.36, p. 147-174, 2010.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Rodrigo do Amaral. Da política externa independente à política externa interdependente – o Governo Castello Branco In. **Cadernos IPRI**, Ensaios de História Diplomática do Brasil (1930-1986). 2ª edição. Brasília: FUNAG, 1989.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p.191-222, 2004.

TRAUMANN , Andrew Patrick. **A Diplomacia dos Petrodólares: Relações do Brasil com o Mundo Árabe (1973-1985)**, 2007. 114 f. Monografia (Especialização em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Governo Militar Brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998).

Tabelas

Tabela 1 - Elaborada por Henrique Z. Menezes e Marcio A. Scherma, a partir de: Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Fundação IBGE. 1990.

Tabela 2 - Revista Conjuntura Econômica, da FGV, ajustados pelo Ipeadata à série anual do Banco Central. Disponível: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso: 24/05

Tabela 3 - Agência Nacional do Petróleo (ANP). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso: 24/05

Recebido em: 02/02/2020

Aprovado em: 13/07/2020